

Um mosaico para nós



Durante muito tempo olhamos as áreas protegidas de fora pra dentro. Nós precisamos olhá-las de dentro pra fora, porque as principais ameaças estão do lado de fora – através de um modelo econômico que gera exclusão social e práticas agressivas ao meio ambiente. As comunidades são, em grande parte, responsáveis pelo fato de aquela paisagem estar ainda conservada.

Paulo Russo
Analista ambiental do PARNA Montanhas do Tumucumaque, ICMBio



Mosaicos de áreas protegidas permitem articulação colaborativa de gestores governamentais e representantes comunitários em ações integradas, permitindo que se abordem as áreas protegidas não como unidades isoladas, mas como parte de um todo.

Luis Donisete Benzi Grupioni
Iepé – Instituto de Pesquisa e Formação Indígena

Nós sabemos que nossos vizinhos são de paz: são agricultores. Vemos as dificuldades que eles passam para poder plantar e viver aqui. Não queremos brigar com eles. Queremos fazer amizade. Para a gente continuar forte, precisamos apoiar nossos vizinhos, para eles terem associações e projetos, para viver bem e não precisar tirar madeira e vender.

Kumare Wajãpi
TI Wajãpi

Com briga, ninguém avança para canto nenhum. Tem que estar um ajudando os outros. E agora tem o Mosaico, que é uma coisa de suma importância.

Sebastião Freitas
Comunidade de São Francisco do Iratapuru,
RDS Rio Iratapuru

O Mosaico são todos os povos indígenas e ribeirinhos do Amapá e Norte do Pará unidos e trabalhando juntos com o apoio dos nossos parceiros para conservar nossas florestas e os recursos que existem nelas - que precisamos para viver.

Demétrio Amisipa Tiriyo.
TI Parque do Tumucumaque



Universos conectados

Composto por áreas protegidas, o Mosaico da Amazônia Oriental tem a sua marca registrada na riqueza sociocultural, que tem garantido a conservação de parte do patrimônio ambiental do Escudo das Guianas na Amazônia brasileira.

Como a gestão integrada acontece na prática?

O Mosaico da Amazônia Oriental é gerido por um Conselho Consultivo que se reúne duas vezes ao ano. As reuniões têm caráter informativo, consultivo e de diálogo. Busca soluções para questões relacionadas às Áreas Protegidas que compõem o Mosaico em escala regional.

A gestão integrada também ocorre através de planejamentos participativos, oficinas e intercâmbios com as diversas comunidades das áreas protegidas que o compõem. Busca ampliar o acesso às experiências de sucesso, compartilhar as lições aprendidas e resultar no enriquecimento do conhecimento sobre boas práticas de gestão, de manejo dos recursos naturais e do exercício da cidadania.

Os temas trabalhados são pertinentes à gestão dos territórios, como a situação fundiária, organização e fortalecimento de cadeias de produtos não madeireiros; consulta prévia, livre e informada aos indígenas, consulta sobre a implementação de empreendimentos e infraestrutura nas áreas protegidas do Mosaico, práticas de educação ambiental, ferramentas de comunicação, entre outros.

O conselho é composto por cinco extrativistas da RDS do Rio Iratapuru, cinco agricultores assentados da Flota-AP, cinco representantes dos povos Wayana, Aparai, Katxuyana, Tiriyo e Wajãpi e seis gestores das UC do Mosaico. E conta ainda com um representante dos seguintes órgãos e instituições: Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari, SEMA-AP, Ibama, ICMBio, IEF-AP, IMAP-AP, Funai, Incra, UNIFAP e Iepé. O Mosaico tem apoiado desde 2013 jovens lideranças por meio de oficinas e fóruns da juventude, estimulando sua participação em conselhos e outros eventos no Amapá e em outros estados.



Mosaico da Amazônia Oriental

O Mosaico da Amazônia Oriental abrange parte do Planalto das Guianas, região reconhecida pela rica biodiversidade e diversidade sociocultural. Possui mais de 12,3 milhões de hectares e é formado por três Terras Indígenas (TI) e seis Unidades de Conservação (UC). Foi reconhecido em 2013 pelo Ministério do Meio Ambiente.

É um canal de informação e diálogo entre todos os que vivem dentro e no entorno das áreas protegidas: os agricultores familiares da Perimetral Norte, os gestores das UC, os povos Wajãpi, Tiriyo, Katxuyana, Wayana, Aparai e Txikuyana, os extrativistas, as organizações da sociedade civil e os órgãos de governo municipais, estadual e federal. É uma forma de colocar em prática o direito e dever de todos na proteção do meio ambiente.

Biodiversidade

Cerca de 90% de sua vegetação é formada por florestas sempre verdes, com árvores de até 40m de altura e muita umidade. Também há regiões de contato e transição entre floresta e cerrado, onde há centenas de espécies animais e vegetais que só existem por ali.

Sociodiversidade

Há presença de populações extrativistas e pequenos agricultores, além dos povos indígenas de duas famílias linguísticas diferentes: Karib e Tupi. Os conhecimentos desses povos e seus jeitos de viver garantem que a floresta esteja sempre em pé. Por outro lado, as florestas protegidas na forma de UC são aliadas na conservação dos TI e seus povos.

A presença de sítios arqueológicos e petróglifos (desenhos gravados nas rochas) mostram que esse território há muito tempo tem sido ocupado por diversos povos. A necessidade de proteger essa rica biodiversidade, valorizar a diversidade cultural e garantir o desenvolvimento sustentável na região é o que dá força ao Mosaico da Amazônia Oriental.



O Mosaico Amazônia Oriental é formado por nove áreas protegidas do oeste do Amapá e norte do Pará, com o objetivo de promover a gestão integrada e a otimização de recursos na resolução dos problemas das comunidades locais e no desenvolvimento sustentável conservação e valorização da diversidade biológica, social e cultural.

Textos
Iepé, ICMBio, IEF-AP, SEMA-AP e FUNAI

Fotos
Marcela de Marins, Mário Vilela/Funai, Maurício Paiva e Zig Koch

Projeto Gráfico e Editoração
Âttema Editorial

Realização



Sindicato dos
Trabalhadores e
Trabalhadoras
Rurais do Amapá



Mosaico da Amazônia Oriental





O que é um mosaico?

Um mosaico é um conjunto de áreas protegidas próximas sendo um instrumento de gestão previsto pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC - Lei Federal 9.985/2000). Seu objetivo é promover a gestão integrada dessas áreas, otimizar recursos para ações conjuntas e buscar soluções para problemas em comum. Na prática, um mosaico é a articulação entre diversos atores do território em favor do desenvolvimento sustentável, da conservação e valorização da diversidade biológica, social e cultural.

O que são áreas protegidas?

Áreas protegidas são territórios sob atenção e cuidado especial, que possuem regras especiais para seu uso, cujo objetivo é preservação ou manutenção da biodiversidade e/ou sociodiversidade. Assim, territórios que possuem alguma característica especial ligada a biodiversidade, riqueza sociocultural ou com algum significado histórico, podem ser reconhecidos como áreas protegidas, conforme o Decreto Federal 5.758 de 2006.

No Brasil, as áreas protegidas são as Unidades de Conservação (UC) de uso sustentável ou proteção integral estabelecidas conforme a Lei 9.985 de 2000, as Terras Indígenas (TI), os Territórios Quilombolas (TQ), os sítios arqueológicos e áreas tombadas como patrimônio histórico.



Para quê serve um mosaico?

No papel e nos mapas, as TI e UC que compõem um Mosaico são diferentes entre si e estão separadas umas das outras por cores e linhas. Mas esses limites são imaginários: de fato, o conjunto de áreas protegidas são partes de um único território.

Um mosaico estimula a gestão integrada, envolvendo as comunidades, as instituições governamentais e não governamentais a se organizarem, identificarem seus problemas e ameaças em comum - como o desmatamento, as invasões, o garimpo ilegal - e buscarem soluções que sejam boas para todos, somando esforços. É uma forma de estabelecer e fortalecer a governança.

Também é um canal de comunicação com os órgãos de governo responsáveis por atuarem nessas áreas a entenderem as diferentes dinâmicas e buscarem atender essas demandas dentro de suas atribuições.

Cada um à sua maneira, todos ajudam a proteger a diversidade cultural e ambiental, buscando soluções sustentáveis para o desenvolvimento da região.



Terra Indígena Wajãpi, AP

Federal • *Usufruto exclusivo indígena*
607.017,00 ha

Com uma população de cerca de 1200 pessoas vivendo em 95 aldeias, a TI foi homologada em 1996 após um processo de demarcação pioneiro realizado pelos próprios Wajãpi. A ocupação da TI caracteriza-se pela constante circulação entre roças e aldeias abertas em diferentes regiões e pelo abandono temporário de áreas onde os recursos tornam-se escassos. Essa mobilidade territorial permite a regeneração ambiental e a renovação dos recursos, mas vem sendo ameaçada por políticas públicas que induzem à sedentarização, como a concentração do atendimento à saúde e da oferta de educação escolar em poucas aldeias próximas à BR-210. Desde os anos 1980, os Wajãpi vêm se preocupando com ameaças a seu território e construindo estratégias para enfrentá-las, tais como a manutenção de aldeias nos limites da TI e a construção de alianças com moradores das comunidades vizinhas e com os órgãos gestores de UC da região. Em 2015, concluíram a elaboração do Plano de Gestão Socioambiental da TI, que sistematiza os acordos internos e demandas de apoio externo para garantir a boa qualidade de vida das comunidades na terra demarcada.

Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, AP

Federal (ICMBio) • *Proteção Integral*
3.867.000,00 ha

O maior Parque Nacional em floresta tropical do mundo! É lar para espécies da fauna e flora que só existem no local, cuja importância tem grande valor para diversas áreas. Até o momento, já foram identificadas mais de 1662 espécies no Parque, sendo 366 espécies de aves, 207 espécies de peixes, 57 espécies de mamíferos e mais de 800 espécies de plantas. Está numa região de relevo mais elevado, abrigando as nascentes dos principais rios do Amapá. Foi criado em 2002 e desde 2012 é aberto para a visitação turística de forma experimental. Mesmo estando em uma das regiões mais remotas da Amazônia, uma das ameaças à sua riqueza é o garimpo ilegal.

Parque Natural Municipal do Cancão, AP, Serra do Navio

Municipal • *Proteção Integral*
370,26 ha

Às margens do Rio Amapari, o Parque é a menor área do Mosaico e a única no meio urbano. Criado em 2007, sua vegetação é de floresta e as principais espécies encontradas estão a ucúuba, sumaúma, acapú e a castanha-da-amazônia. A área é lar para diversos primatas, como o mico-de-cheiro, assim como para mamíferos voadores e pequenos insetos. Seu nome homenageia uma grande ave de mesmo nome - o pássaro cancão, uma espécie de gralha.

Reserva Extrativista Beija-Flor Brilho de Fogo, AP Pedra Branca do Amapari

Municipal • *Uso Sustentável*
68.524,20 ha

Criada para conservação e uso sustentável, tem por objetivo garantir a subsistência das comunidades que vivem no entorno e que utilizam os recursos da Resex. Lugar de transição de igapós e com grandes açaiçais, a área é propícia ao desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis, como a extração do cipó-titica e do açaí, além da caça e da pesca para subsistência. Seu nome homenageia o beija-flor-brilho-de-fogo (*Topaza pella*), a maior espécie do Brasil, assim como considerado o mais bonito beija-flor.

Floresta Estadual do Amapá, AP

Estadual (SEMA/AP) • *Uso Sustentável*
2.369.400,00 ha

Criada em 2006, é uma grande área de floresta e cerrado com rica e exclusiva biodiversidade devido a transição entre esses biomas. São permitidas atividades econômicas relacionadas ao manejo florestal sustentável de produtos madeireiros e não madeireiros - como o açaí, a castanha-da-amazônia, o cipó-titica e o palmito, além de outras atividades previstas em seu Plano de Manejo. Cerca de 400 famílias de pequenos agricultores e extrativistas vivem na Flota-AP. Entre as ameaças, destacam-se conflitos fundiários, a exploração ilegal de madeira e garimpos, que tem avançado e gerado degradação e desmatamento florestal. A expansão do agronegócio no Amapá (produção de soja) tem avançado sobre as áreas de cerrado da Flota-AP, apesar da atividade ser proibida nessa UC.

Floresta Nacional do Amapá, AP

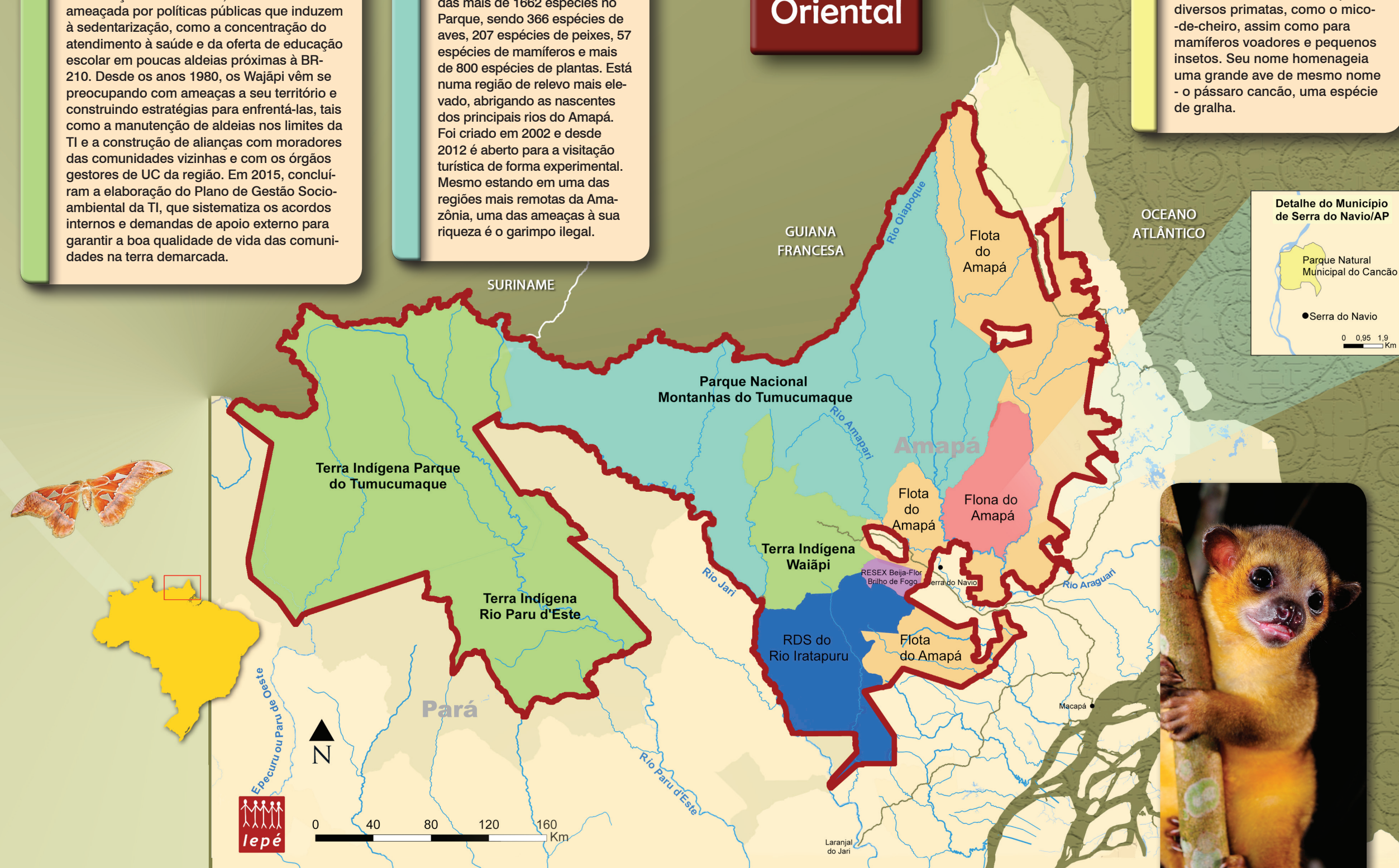
Federal (ICMBio) • *Uso Sustentável*
412.000,00 ha

No centro do Amapá, abrange uma das áreas de maior biodiversidade do país. Apesar de serem estimadas cerca de 700 mil espécies, menos de 10% da fauna e da flora são conhecidas. Até o momento foram identificadas 446 espécies de plantas, 361 espécies de aves, 135 espécies de peixes e 62 espécies de mamíferos. Visa gerar benefícios através do uso racional dos seus recursos naturais, a partir de atividades de ecoturismo e turismo de base comunitária, do manejo florestal sustentável por meio de concessões florestais e pela conservação da biodiversidade. São beneficiadas diretamente as populações extrativistas que vivem no seu entorno e que praticam a coleta do açaí e da castanha-da-amazônia. Entre as principais ameaças à floresta estão a caça, o garimpo e a extração de madeiras ilegais.

Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru, AP

Estadual (SEMA/AP) • *Uso Sustentável*
806.184,00 ha

Ao sul do Mosaico está a RDS, atravessada pelo Rio Iratapuru e com grandes castanheiras. Abriga grande diversidade de espécies animais e vegetais. Criada em 1997, a reserva é utilizada por comunidades tradicionais que exploram a castanha-da-amazônia e outros produtos não madeireiros, como o breu branco, a andiroba, a copaíba e o camu-camu. Organizadas em torno de uma cooperativa, as comunidades somam cerca de 150 famílias.



Terra Indígena Parque do Tumucumaque, PA

Federal • *Usufruto exclusivo indígena*
3.071.067,00 ha

Terra Indígena Rio Paru D'Este, PA

Federal • *Usufruto exclusivo indígena*
1.195.785,00 ha

As TI Parque do Tumucumaque e Rio Paru d'Este formam uma área contínua com cerca de 4.266.853 ha na fronteira com o Suriname e a Guiana Francesa. Embora situadas no Pará, devido a logística, encontram-se jurisdicionadas à Funai e demais órgãos de assistência em saúde, educação e outros baseados no Amapá. O único meio de acesso a ambas TIs é por via aérea. Nelas, há diversidade de povos de línguas e dialetos Karib provenientes de diversas regiões do norte do Pará, Amapá e sul dos países vizinhos. Contatada nos anos 1950/60, parte dessa população foi concentrada em três aldeias no interior oeste e leste da TI Parque do Tumucumaque: Missão Tiriyo e Kuxaré, a oeste - sendo que a diversidade de povos ali reunida tornou-se mais conhecida como Tiriyo e Kabuyana. No leste foi fundado um Posto Indígena gerido pela Funai, o PIN Apalai - sendo que os povos Karib ali reunidos tornaram-se mais conhecidos como Aparai e Wayana, aos quais somam-se também algumas famílias Wajãpi, de língua Tupi. A partir da década de 1990, o início das demarcações das TI na região impulsiona um processo de redistribuição de aldeias, seguido da implementação de ações de apoio a este processo como forma de vigilância das TIs. Em 1997 foi conduzido o processo demarcatório que culminou na homologação da TI Parque do Tumucumaque e da TI Rio Paru d'Este, onde atualmente vive uma população indígena de cerca de 3.700 pessoas, distribuída em 50 aldeias.